

Investimentos Bemge S.A.

CNPJ nº 01.548.981/0001-79

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da Investimentos Bemge S.A. (INVESTIMENTOS BEMGE) relativas aos exercícios de 01/01 a 31/12 de 2013 e de 2012, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As Demonstrações Contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

RESULTADO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ATIVOS

A INVESTIMENTOS BEMGE apresentou ao final do exercício Lucro Líquido de R\$ 7.516 mil e Patrimônio Líquido de R\$ 157.239 mil. O Lucro Líquido por ação foi de R\$ 3,18, enquanto o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 66,52. Os Ativos Totais atingiram R\$ 160.552 mil e estão compostos substancialmente por Aplicações no Mercado Aberto e Títulos para Negociação.

Auditoria independente - Instrução CVM nº 381

Procedimentos Adotados pela Sociedade

A política de atuação da INVESTIMENTOS BEMGE e da controladora, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

São Paulo, 26 de março de 2014.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em Milhares de Reais)

ATIVO	NOTAS	31/12/2013	31/12/2012
CIRCULANTE		84.917	143.110
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.4b e 3	20	24
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	2.4d e 4a	84.509	135.525
Outros Ativos Financeiros	2.4d e 5a	7	1.650
Ativos Fiscais	2.4e	147	5.709
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		147	5.671
Outros		--	38
Outros Ativos		234	202
NÃO CIRCULANTE		75.635	9.038
Aplicações no Mercado Aberto	2.4c e 10a	65.737	5.177
Outros Ativos Financeiros	2.4d e 5a	4.276	3.145
Ativos Fiscais		5.622	716
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		5.587	--
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos		--	716
Outros	2.4e	35	--
TOTAL DO ATIVO		160.552	152.148

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	NOTAS	31/12/2013	31/12/2012
CIRCULANTE		119	119
Obrigações Sociais	5b	116	119
Obrigações Fiscais - Outras	2.4e	3	--
NÃO CIRCULANTE		3.194	2.235
Provisões	2.4f e 9	2.240	2.235
Obrigações Fiscais - Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	2.4e	954	--
Total do Passivo		3.313	2.354
Capital Social		79.000	74.000
Reservas Integralizadas		78.057	75.612
Reservas a Integralizar		182	182
Total do Patrimônio Líquido	6	157.239	149.794
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		160.552	152.148

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em Milhares de Reais)

	NOTAS	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
DESPESAS OPERACIONAIS		(538)	(497)
Despesas Gerais e Administrativas	5c	(505)	(472)
Despesas Tributárias		(31)	(19)
Outras Despesas Operacionais		(2)	(6)
RESULTADO OPERACIONAL		(538)	(497)
RESULTADO FINANCEIRO - Receitas Financeiras		12.213	12.324
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		11.675	11.827
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	2.4e e 7	(2.489)	(3.998)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.4e e 7	(1.670)	(36)
LUCRO LÍQUIDO		7.516	7.793
Nº DE AÇÕES	6a	2.363.936	2.363.936
LUCRO POR AÇÃO - R\$	2.4g	3,18	3,30

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em Milhares de Reais)

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
LUCRO LÍQUIDO	7.516	7.793
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	7.516	7.793

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 6) (Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas Integralizadas	Reservas a Integralizar	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 01/01/2012	67.000	74.893	182	--	142.075
Capitalização por Reservas	7.000	(7.000)	--	--	--
Lucro Líquido	--	--	--	7.793	7.793
Destinações:					
Reserva Legal	--	390	--	(390)	--
Reservas Estatutárias	--	7.329	--	(7.329)	--
Dividendos Provisionados	--	--	--	(74)	(74)
SALDOS EM 31/12/2012	74.000	75.612	182	--	149.794
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	7.000	719	--	--	7.719
SALDOS EM 01/01/2013	74.000	75.612	182	--	149.794
Capitalização por Reservas	5.000	(5.000)	--	--	--
Lucro Líquido	--	--	--	7.516	7.516
Destinações:					
Reserva Legal	--	376	--	(376)	--
Reservas Estatutárias	--	7.069	--	(7.069)	--
Dividendos Provisionados	--	--	--	(71)	(71)
SALDOS EM 31/12/2013	79.000	78.057	182	--	157.239
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	5.000	2.445	--	--	7.445

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em Milhares de Reais)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Investimentos Bemge S.A. (INVESTIMENTOS BEMGE) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Conceição - 7º andar - Parque Jabaquara, na cidade de São Paulo.

A INVESTIMENTOS BEMGE tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participar, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco, mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da respectiva posição no mercado de capitais, e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

As operações da INVESTIMENTOS BEMGE são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 26 de março de 2014.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão descritas abaixo.

2.1 - BASES DE PREPARAÇÃO

Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis Individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A preparação das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da INVESTIMENTOS BEMGE no processo da aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade estão divulgadas na Nota 2.3.

A INVESTIMENTOS BEMGE não possui Outros Resultados Abrangentes.

2.2 - PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EMITIDOS RECENTEMENTE E APLICÁVEIS EM EXERCÍCIOS FUTUROS

O pronunciamento a seguir entrará em vigor para exercícios após a data destas Demonstrações Contábeis e não foi adotado antecipadamente:

• Alteração do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação - Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Efetiva a partir de 1º de Janeiro de 2014, com aplicação retrospectiva. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as Demonstrações Contábeis da INVESTIMENTOS BEMGE.

2.3 - ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utiliza premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os exercícios apresentados e em exercícios subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão de acordo com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua, considerando a experiência passada e outros fatores.

No exercício de janeiro a dezembro de 2013, não foram prestados diretamente à INVESTIMENTOS BEMGE serviços não relacionados à auditoria externa pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas. Neste mesmo exercício não foram prestados às empresas do conglomerado ao qual pertence a INVESTIMENTOS BEMGE, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na instrução CVM nº 381/03, relacionamos os outros serviços prestados, a natureza e a data de contratação:

• 07 de janeiro, 20 de março, 31 de julho e 28 de agosto - aquisição de materiais técnicos.

• 28 de fevereiro - revisão dos aspectos relacionados ao programa de continuidade de negócios.

Justificativa dos Auditores Independentes - PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados ao Itaú Unibanco e suas controladas. A política de atuação com o Itaú Unibanco na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços, incluindo a sua aprovação pelo Comitê de Auditoria

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em Milhares de Reais)

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	9.186	7.829
Lucro Líquido	7.516	7.793
Ajuste ao Lucro Líquido - Tributos Diferidos	1.670	36
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	(9.116)	(7.726)
(Aumento) Redução em Ativos	(9.124)	(7.732)
Aplicações no Mercado Aberto	(60.560)	441
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	51.016	(11.245)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	--	25
Ativos Fiscais	(60)	3.522
Outros Ativos Financeiros e Outros Ativos	480	(475)
(Redução) Aumento em Passivos	8	6
Obrigações Fiscais	3	(6)
Provisões	5	12
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	70	103
Dividendos Pagos	(74)	(92)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(74)	(92)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES	(4)	11
DE CAIXA (Notas 2.4b e 3)	24	13
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	24	13
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	20	24

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Em Milhares de Reais)

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
RECEITAS OPERACIONAIS	12.213	12.324
Receitas Financeiras	12.213	12.324
DESPESAS OPERACIONAIS	(2)	(6)
Outras Despesas Operacionais	(2)	(6)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(505)	(472)
Serviços de Terceiros	(341)	(358)
Outros	(164)	(114)
VALOR ADICIONADO BRUTO	11.706	11.846
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	11.706	11.846
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	11.706	11.846
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	11.706	11.846
Impostos, Taxas e Contribuições	4.190	4.053
Federais	4.190	4.053
Remuneração de Capitais Próprios	7.516	7.793
Dividendos Provisionados	71	74
Lucros Retidos dos Exercícios	7.445	7.719

As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos estão descritas abaixo:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos - Conforme explicado na Nota 2.4e, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável que a INVESTIMENTOS BEMGE irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário da INVESTIMENTOS BEMGE é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos.

b) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros - A INVESTIMENTOS BEMGE classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração. Há três grandes níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 8.

A INVESTIMENTOS BEMGE acredita que as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos. As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados Instrumentos Financeiros estão descritas em detalhes na Nota 8.

c) Ativos e Passivos Contingentes - A INVESTIMENTOS BEMGE revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado. As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

2.4 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação - As Demonstrações Contábeis da INVESTIMENTOS BEMGE estão apresentadas em Reais, que é a sua moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa - A INVESTIMENTOS BEMGE define como Caixa e Equivalentes de Caixa, as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponibilidades) e Aplicações no Mercado Aberto (Operações Compromissadas) com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 3.

c) Aplicações no Mercado Aberto - A INVESTIMENTOS BEMGE dispõe de operações de compra com compromisso de revenda (compromisso de revenda) de ativos financeiros.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda são registrados inicialmente no Balanço Patrimonial pelos seus valores adiantados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda são lançados em Receitas Financeiras.

d) Ativos e Passivos Financeiros - Todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

A INVESTIMENTOS BEMGE não possui Passivos Financeiros e classifica seus Ativos Financeiros nas seguintes categorias:

• Ativos Financeiros Mantidos para Negociação; e

• Empréstimos e Recebíveis.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Investimentos Bemge S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 *(Em Milhares de Reais) (Continuação)*

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco. Fatores de risco de mercado são componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados são:

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas à variações nas taxas de juros;
- Cupons Cambiais: risco de perda nas operações sujeitas à variações das taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Variação Cambial: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial;
- Índices de Preços: risco de perda nas operações sujeitas à variação nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Renda Variável: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações e *commodities*.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- Alerta de *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado ativo ou fator de risco calculada a valor de mercado (*MTM - Mark to Market*); e

• VaR Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de VaR, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando-se em consideração retornos observáveis em cenários históricos. Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01 - Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidade aos Diversos Fatores de Riscos (*Gregas*): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo;
- Perda Máxima (*Stop Loss*): prejuízo máximo que um portfólio classificado na Carteira de Negociação está autorizado a atingir.

II - Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas: (i) ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, (iv) às vantagens concedidas na renegociação ou (v) aos custos de recuperação.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721/09, do CMN, o conglomerado Itaú Unibanco possui estrutura e política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pela política interna de controle de risco de crédito pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, **Relatório de Acesso Público - Risco de Crédito**, que não faz parte das Demonstrações Contábeis.

A gestão do risco de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis adequados para cada segmento de mercado em que opera e a criação de valor para os acionistas, através da análise do retorno ajustado ao risco.

Para proteger-se contra perdas decorrentes de operações de crédito, a instituição considera todos os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente para definir o nível de provisões adequado ao risco incorrido em cada operação. Observa-se, para cada operação, a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação e a eventual existência de valores em atraso.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

ROGÉRIO PAULO CALDERÓN PERES

Conselheiros

CAIO IBRAHIM DAVID

EDUARDO MAZZILLI DE VASSIMON

DIRETORIA

Diretor Presidente

ROGÉRIO PAULO CALDERÓN PERES (*)

Diretor

ALEXSANDRO BROEDEL LOPES

HENRIQUE PINTO ECHENIQUE

MARIO LUIZ AMABILE

OTTAVIO ALDO RONCO

(*) Diretor de Relações com Investidores.

Contador

REGINALDO JOSÉ CAMILO

CRC - 1SP.114.497/O-9

Sede: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100
- Torre Conceição - 7º andar -
Parque Jabaquara - São Paulo - SP

III - Risco Operacional

O risco operacional consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A gestão de risco operacional tem como objetivos identificar, avaliar, mensurar e responder aos riscos operacionais da instituição e monitorá-los com a finalidade de manter as perdas e os riscos dentro dos limites estabelecidos pelo conglomerado Itaú Unibanco e garantir aderência às diretrizes internas e à regulamentação vigente. Os gestores das áreas de negócio e de suporte se utilizam de metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pelas áreas de risco operacional, de controles internos e *compliance* para suportar o processo de gestão.

O controle de risco operacional é o processo de mensuração, monitoramento e reporte dos riscos que visa garantir que o perfil de risco do conglomerado esteja dentro dos limites definidos pela alta administração e que esta seja informada tempestivamente sobre os principais riscos da instituição. Este controle é realizado pela área de risco operacional, controles internos e *compliance*, que por sua vez se utilizam das metodologias de controle e das informações de risco geradas pelas áreas de negócio. Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos operacionais, existem fóruns específicos de risco operacional, controles internos e *compliance* onde periodicamente se apresentam os reportes consolidados do monitoramento dos riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais aos executivos das áreas de negócio.

O conjunto de princípios, governança, papéis e responsabilidades, metodologias e procedimentos que suportam o processo de gerenciamento de riscos operacionais são descritos e publicados no normativo institucional para gerenciamento de risco operacional. Uma versão resumida do normativo institucional de gerenciamento de risco operacional pode ser acessada no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco Operacional, que não faz parte das Demonstrações Contábeis.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.380/06, do CMN, o conglomerado Itaú Unibanco definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, aprovada pelo seu Conselho de Administração, e aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

IV - Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, propor premissas para o comportamento do fluxo de caixa, identificar, avaliar, monitorar, controlar e reportar diariamente a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, propor limites de risco de liquidez individualmente nos países onde o conglomerado Itaú Unibanco opera, simular o comportamento do fluxo de caixa sob condições de estresse, avaliar e reportar previamente os riscos inerentes a novos produtos e operações e reportar as informações requeridas pelos órgãos reguladores. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria. A mensuração do risco de liquidez abrange todas as operações financeiras das empresas do conglomerado Itaú Unibanco, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, tais como as advindas de serviços de liquidação, prestação de aviais e garantias, e linhas de crédito contratadas e não utilizadas.

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Liquidez, que não faz parte das Demonstrações Contábeis.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e acionistas

Investimentos Bemge S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Investimentos Bemge S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os

procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Investimentos Bemge S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação do DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 26 de março de 2014



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Renato Barbosa do Nascimento
Contador CRC 1SP196918/O-0

INVESTIMENTOS BEMGE S.A.

CNPJ 01.548.981/0001-79

Companhia Aberta

NIRE 35300315472

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA DE 26 DE MARÇO DE 2014

DATA, HORA E LOCAL: Em 26.3.14, às 14h, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 7º andar, em São Paulo (SP).

PRESIDENTE: Aleksandro Broedel Lopes.

QUORUM: Maioria dos membros eleitos.

DELIBERAÇÃO TOMADA POR UNANIMIDADE:

Após analisar e discutir as demonstrações financeiras do exercício social de 2013, bem como o relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a Diretoria deliberou, em observância às disposições dos incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução 480/09, da Comissão de Valores Mobiliários, declarar que:

- a) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e
- b) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31.12.13.

ENCERRAMENTO: Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 26 de março de 2014. (aa) Aleksandro Broedel Lopes, Henrique Pinto Echenique, Mario Luiz Amabile e Ottavio Aldo Ronco – Diretores.

ALEXSANDRO BROEDEL LOPES
Diretor